

Economia solidária e tecnologia social: utopias concretas e convergentes

Solidarity economy and social technology: concrete and convergent utopias

Marcia Tait Lima¹

marcia.tait@gmail.com

Renato Peixoto Dagnino¹

rdagnino@ige.unicamp.br

Resumo. Os estudos sobre a economia solidária (ES) raramente abordam questões tecnológicas. A corrente Ciência-Tecnologia-Sociedade vem analisando criticamente a tecnociência capitalista e relacionando-a com exclusão social, trabalho e transformação social. Para entender e prescrever sobre aquela relação, cria-se o conceito de tecnologia social (TS). Este trabalho considera que a crítica aos componentes tecnocientíficos e às interações sociotécnicas e políticas é fundamental para materializar os objetivos e utopias da ES e para conferir-lhe sustentabilidade. Seu argumento central é de que os movimentos de ES e TS apresentam utopias convergentes e concretas. Para desenvolvê-lo, parte de autores que resgatam a importância do pensamento utópico para os movimentos que visam transformar a sociedade. Em seguida, aponta as convergências existentes – no contexto, nas práticas e nas motivações – entre os dois movimentos. Conclui identificando quatro utopias concretas e convergentes entre os dois movimentos: autogestão; dimensão coletiva e participativa da produção de bens e de conhecimento; o caráter societal potencialmente transformador da relação trabalho e tecnologia; e a superação do capitalismo. Com isso, ilustra a necessidade de que sejam desenvolvidos estudos que busquem construir uma ponte entre os territórios em que se situam esses dois movimentos.

Palavras-chave: economia solidária, tecnologia social, utopias, autogestão, sustentabilidade, tecnociência.

Abstract. Studies on Social Economy (SE) rarely address technological issues. The Science-Technology-Society approach, however, leads to a critical analysis of the capitalist technoscience and its relation to social exclusion, work and social transformation. To understand and to prescribe on these issues, the key-concept of social technology (ST) was created. This article considers that a crucial approach to ensure the sustainability of SE is to criticize and correlate the technoscientific, sociotechnical, political and policy aspects associated to SE and ST. Its central argument is that the movements of social economy and social technology have convergent and concrete utopias. Authors who stressed the importance of utopian thought for the movements that aim to transform society are reviewed; then the convergences between the two movements in terms of their context, practices and motivations are pointed out. The article concludes by identifying four concrete utopias and convergences between the two movements: self-management; the participatory dimension of the production of goods and knowledge; the potentially transforming societal character of the relation between work and technology; and the overcoming of capitalism. By doing so the article illustrates the need for studies that aim to build a bridge between the territories where those two movements are located.

Key words: solidarity economy, social technology, technoscience, utopias, self-management, sustainability.

¹ Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências - Rua João Pandiá Calógeras, CEP: 13083-870. Campinas – SP, Brasil.

Introdução

Dez anos atrás, ao descrever a situação de emergência dos estudos sobre economia popular², especialmente sobre a economia solidária (ES), Tiriba (2001) relata seu espanto diante do “vazio teórico” e das inúmeras “incertezas” que envolvem o tema. Segundo a autora, essas duas fragilidades integram um cenário mais amplo de crise do pensamento – caracterizado pela “síndrome do fim das utopias” e “falta de categorias que permitam compreender e transformar a complexidade do atual tecido social” (Tiriba, 2001, p. 337). Atualmente este vazio teórico vem sendo preenchido por estudos acadêmicos e por autoavaliações dos próprios participantes de experiências de ES. Porém as incertezas quanto ao significado da inserção da ES no tecido social e seu potencial como estratégia para uma economia “para além do capital” continuam, a nosso entender, sendo questões insuficientemente analisadas.

Opondo-se à “síndrome do fim das utopias” e buscando contribuir com a reflexão sobre essas questões, este artigo discorre sobre a função das utopias para a manutenção de lutas coletivas que buscam transformações substantivas em modos de sociabilidade e na própria estrutura social. Como analisa Neves (2012), desde seu surgimento a ES vem chamando a atenção de estudiosos do mundo do trabalho e gerando diferentes interpretações. A autora ressalta que não existe um consenso sobre a natureza da ES e seu papel na sociedade atual e para a utopia de uma outra economia.

Argumentaremos que as vertentes mais radicais dos movimentos³ de economia solidária (ES) e de tecnologia social (TS) possuem afinidades em seus ideais e apresentam utopias convergentes e concretas⁴ que orbitam uma visão do trabalho como categoria central e atuam numa perspectiva para além do capital.

Ambos os movimentos são heterogêneos e constituídos pelo que chamamos aqui de diferentes *vertentes*. Também não são caracterizados e interpretados pelos estudiosos de uma maneira consensual. A ES foi definida de diversas formas, como: modo de produção, vertente econômica, movimento social, entre outras definições possíveis. As definições vinculadas à tecnologia social no Brasil podem ser definidas com base em dois pontos: (i) as características dos artefatos tecnológicos e o modo como foram projetados (a tecnologia social buscaria um controle compartilhado e descentralizado, ser adaptada às culturas e aos sistemas socioambientais locais, etc.); (ii) a destinação desta tecnologia (pessoas de baixa renda, “marginalizadas” ou em situação de risco social).

Ao final do artigo, identificaremos as utopias convergentes entre os movimentos de economia solidária e tecnologia social, buscando mostrar a importância dessas utopias para a manutenção dos dois movimentos e para uma possível ampliação da potência de suas práticas.

Importância da utopia na realização de transformações sociais

As utopias, assim como as distopias, podem ser associadas a visões de futuro. A primeira projeta um devir melhor em relação ao presente, enquanto a segunda mostra um futuro no qual a humanidade se encontra em situação pior que a vivenciada no momento atual. A palavra utopia, em sua origem grega, significa “lugar nenhum” e se notabilizou após ser usada por Thomas More como título de uma de suas obras – *Utopia*⁵ –, publicada em 1518.

As utopias, como as ideologias, cumpririam um papel de representação ao nível da estrutura simbólica das sociedades, servindo

² Os termos economia popular e economia solidária não são vistos como sinônimos por Tiriba. A economia popular seria constituída por formas de geração de renda “alternativas” empreendidas por segmentos populares. A economia solidária é definida de forma mais restritiva, como abordaremos neste artigo.

³ A designação “movimento de tecnologia social” e “movimento de economia solidária” é adotada neste artigo para tratar o conjunto das reflexões e práticas relacionadas tanto à tecnologia social, quanto à economia solidária. Não se apoiou na discussão sociológica sobre as ações coletivas ou movimentos sociais, mas na análise dessas duas manifestações e como incidem sobre uma situação histórico-social e possuem utopias identificáveis. A economia solidária e a tecnologia social possuem muitos matizes ideológicos e práticos dentro de seu campo de significação. Essa questão não é trivial, mas não poderá ser abordada em profundidade neste artigo. Aqui nos propomos a uma análise das utopias nas *vertentes mais radicais* que compõem esses movimentos, ou seja, aquelas que apresentam como “grande” utopia a superação do capitalismo. Isso não significa aderir a um juízo de valor quanto ao que seria a “verdadeira” economia solidária ou tecnologia social. Uma discussão estéril, a nosso entender, tanto do ponto de vista analítico quanto político.

⁴ O conceito de utopia concreta é utilizado por Ernst Bloch e, de maneira sucinta, designa àqueles projetos de futuro possíveis, um conjunto de visões sobre o futuro vinculadas a intenções práticas de transformação em direção a um futuro desejado.

⁵ Este livro versa sobre uma ilha cujos habitantes vivem numa sociedade de tipo comunista.

como elementos de integração e renovação social (Ricoeur, 1999). Para Löwy (1995) as visões sociais de mundo utópicas⁶ seriam um conjunto de ideias e representações sociais que buscam a transformação de uma ordem social estabelecida em direção a outra melhor – mais igualitária, democrática, etc.

As críticas dirigidas à utopia como conceito e/ou como formulação central na estrutura simbólica das sociedades possuem uma marcada interpretação das utopias como fuga da realidade, projeto que nunca se cumpre ou conjunto de ideias totalizadoras e deterministas sobre futuros possíveis. Essas interpretações foram questionadas e/ou relativizadas por diversos autores, como Ernst Bloch, Paul Ricoeur, Leandro Konder, entre outros.

Para Konder (2001), as utopias, sendo projeções de futuro, podem ser realizáveis ou irrealizáveis. Ele chama essas últimas de “utopias do lugar inexistente”, ou seja, aquele lugar desejado, imaginado, mas que jamais existirá. As de segundo tipo seriam as utopias do “não lugar”⁷, voltadas para aquilo que está incompleto, que ainda não foi realizado, mas que, por isso mesmo, é passível de ser modificado e dar origem a um novo lugar. Com essa conotação as utopias seriam um “estímulo muito valioso para a ação, para o movimento”. Segundo Konder (2001, p. 3), o movimento hostil em relação à utopia presume que ela é um lugar não existente e que nunca vai existir, uma ideia morta antes de nascer e não projeções sobre um local desejado que animam ações no sentido de sua existência.

Nascimento (2007, p. 10-11) retoma a diferenciação feita por Ernst Bloch entre dois tipos de utopia: as abstratas e as concretas ou reais. A utopia concreta seria o extraordinário possível: o que existe está aquém do que poderia existir, mas as possibilidades e potencialidades desejáveis podem ser também realizáveis. Este tipo de utopia teria como principais elementos o processo histórico e a latência (realidade atual imanente), portanto, um vínculo permanente com as possibilidades objetivas. A utopia abstrata também antecipa uma realidade

futura, porém sem a preocupação com os meios objetivos para realizá-la (Nascimento, 2007, p. 16).

Em *O princípio da esperança* (2006), Bloch vincula a utopia com a “ontologia do ainda não ser” e teoriza sobre a sua função enquanto consciência antecipadora. Para ele, o materialismo dialético só tem sentido quando leva em conta não apenas o passado, mas também a categoria futuro e vê na estrutura social, a cada instante, a virtualidade de outros futuros possíveis. O autor aprofunda essa discussão e estabelece relações entre o marxismo e a antecipação concreta, afirmando que Marx colocou fim ao dualismo reificado entre “ser” e “dever ser”, entre realidade e utopia. A obra de Marx estaria a serviço de um futuro e de uma utopia com base no concreto⁸.

A relação entre o marxismo e a perspectiva utópica foi de certa forma reforçada com as ideias que fizeram parte do que foi chamado em meados da década de 1930 de Teoria Crítica. Segundo Nobre (2008), a própria junção das palavras “teoria” e “crítica” significava o questionamento da distinção tradicional entre teoria e prática; da distinção entre as teorias sobre a realidade social e a própria realidade social; entre “as coisas como são” e “as coisas como deveriam ou poderiam ser”.

Há certamente muitos sentidos de crítica, na própria tradição da Teoria Crítica. Mas o sentido fundamental é o de que não é possível mostrar como as coisas são senão a partir da perspectiva de como deveriam ser: a crítica significa, antes de mais nada, dizer o que é em vista do que ainda não é, mas pode ser (Nobre, 2008, p. 9-10).

A Teoria Crítica – ao buscar um entendimento da realidade associado à ideia de transformação desta realidade em algo melhor – está vinculando sua crítica a um “dever ser” que se nutre de uma análise da realidade e das possibilidades presentes; portanto, poderia ser tomada como um “método” para a realização de utopias concretas. Um olhar crítico sobre a sociedade atual, aliado a propostas de transformação, projeção de um futuro

⁶ Para Löwy, as visões sociais de mundo utópicas se contrapõem às visões ideológicas, que seriam aquelas voltadas à manutenção de uma ordem estabelecida.

⁷ Essa discussão é feita por Löwy e Konder em conjunto no prefácio do romance utópico *Notícias de lugar nenhum ou uma época de tranqüilidade*, de William Morris (2002 [1890]). Para eles, o “nowhere” é algo que *ainda* não existe, mas que pode existir no futuro. Este “lugar nenhum” seria outra forma de descrever o “princípio da esperança” ou “sonho acordado daquilo que ainda não existe”, pensado por Bloch.

⁸ Segundo Nobre (2008), a obra de Marx traz a ideia de realização do que está em germen no próprio capitalismo, as “ilusões necessárias”, ou seja, o socialismo precisaria realizar o que o próprio capitalismo promete, mas não cumpre: a igualdade e a liberdade.

diferente, melhor e mais próximo da realização dos evocados ideais: “liberdade, igualdade e fraternidade”. Pensar na importância das utopias – de utopias concretas – para os movimentos que buscam a transformação social significaria, então, pensar na importância da esperança como uma força que impulsiona ações concretas.

Konder (2001) fala sobre a necessidade de uma “volta à utopia” e sobre a importância de discussões sobre o papel das ideologias na atualidade. Para ele, a “vitória da ideologia dominante” se manifestaria ao conseguir criar uma espécie “de consciência implícita em torno da aceitação dos critérios que deverão ser adotados por todos”: “uma certa utopia complementa nossa necessidade, a nossa capacidade de compreender a realidade naquilo que ela ainda não é”. É uma força que impulsiona a realização concreta do que ainda pode ser (2001, p.3).

Neste artigo, abordaremos algumas das críticas à sociedade atual presentes nas projeções de futuro dos movimentos de economia solidária e de tecnologia social, partilhando da definição de utopias concretas de Bloch e do registro teórico que destaca a importância das utopias para as transformações sociais.

Transformações na esfera do trabalho, crise e marginalidade social

- O trabalho é um prazer que temos perder, não um sofrimento.

- É verdade, eu observei, e queria também lhe perguntar a respeito. O que quer dizer quando afirma haver prazer no trabalho entre vocês?

- Apenas isso, que hoje todo trabalho é prazeroso, seja por causa da esperança de ganho e riqueza com que se executa o trabalho, o que gera uma excitação prazerosa mesmo quando o trabalho em si não é, ou talvez porque o trabalho se transformou num hábito prazeroso [...] porque existe no próprio trabalho um prazer sensível consciente, ou seja, ele é executado por um artista.

- [...] mas responda-me: como chegaram a essa felicidade?

- Evitando simplesmente a coerção artificial e oferecendo a cada um a liberdade de fazer o que fizesse melhor, orientado pelo conhecimento dos artigos que realmente necessitamos. Mas tenho que admitir que chegar a esse conhecimento foi um processo lento e doloroso (Morris, 2002, p. 123).⁹

O surgimento do movimento de economia solidária nas décadas finais do século passado ocorreu em um contexto de crise estrutural capitalista que afetou diretamente a esfera do trabalho e emprego, com decréscimo de postos de trabalho formais e precarização. Neste cenário não causa estranhamento que as iniciativas com foco na geração de trabalho e renda fossem concebidas dentro de uma ideologia de *centralidade da categoria trabalho* (Antunes, 2005).

Para atores como Pinassi (2009), Antunes (2005) e Novaes e Lima (2008), estamos vivenciando o auge de uma crise estrutural capitalista iniciada na década de 70, que teria como principal característica o desemprego estrutural. Uma “crise que deitaria por terra todo e qualquer otimismo em relação aos benefícios da modernização” (Pinassi, 2009, p. 66).

O desemprego estrutural é a mais nova forma com que as “grandes massas humanas são arrancadas violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho”, só que desta vez sem qualquer perspectiva de empregabilidade. Assim, desfaz-se o exército industrial e agrícola de reserva, não para emancipar os indivíduos do trabalho subordinado ao capital, nem para decretar o fim da sociedade do trabalho, mas para formar um exército crescente de trabalhadores sem trabalho (Pinassi, 2009, p. 69).

Na América Latina, esse processo de crise iniciado na década de 70 – quando ocorreu um aumento vertiginoso do endividamento externo e a economia dos países foi abalada pelas duas crises do petróleo – foi acompanhado na década de 90 por “soluções” governamentais baseadas na adesão ao modelo neoliberal.

A adoção do modelo neoliberal, na realidade, marcou uma nova fase da crise. No Brasil, as reformas neoliberais geraram consequências como: a internacionalização de empresas nacionais e públicas; o desmantelamento das formas de representação político-sindicais dos trabalhadores; o aumento do desemprego; e a diminuição da renda das classes baixa e média. Segundo dados da PND/IBGE (IPEA, 2007), obtidos no trabalho de Novaes e Lima (2008), entre 1995-2003, o desemprego subiu de 6% para 10% no país. Os trabalhadores informais (sem carteira) chegaram a quase 50% em 2002. A renda real do trabalhador brasileiro caiu quase 22% entre 1996 e 2002 (IPEA, 2007 in Novaes e Lima, 2008).

⁹ Esse trecho de diálogo foi extraído do romance utópico *Notícias de lugar nenhum Ou uma época de tranquilidade*, de Morris (2002). Nessa conversa entre dois personagens se explica a relação da sociedade inglesa com o trabalho no ano de 2102, após a revolução socialista.

Agora, muitas pessoas dispõem do sonhado tempo livre, mas ao contrário de significar a conquista da liberdade, o novo modo de vida vem se constituindo em tempo escravizado e/ou tempo de busca do trabalho em forma de subemprego. Na verdade, nesse contexto garantir o direito ao trabalho é garantir o direito de tornar-se mercadoria¹⁰ (Tiriba, 2001, p. 76).

O desemprego estrutural seria o principal sintoma desta crise que aumenta a tensão vivenciada pelas classes trabalhadoras, que são impelidas a buscar alternativas para sobrevivência e inserção, ainda que de formas precárias, no mundo do trabalho. Em âmbito acadêmico, este cenário estimula uma proliferação de teses sobre o “fim da sociedade do trabalho” ou sobre a *não* centralidade do trabalho. Para Ricardo Antunes, um dos autores que mais tem contribuído para este debate, o trabalho não estaria “sumindo” ou perdendo a importância no capitalismo, mas sim adquirindo uma nova¹¹ morfologia e significado (Antunes, 2005).

O autor aponta para um crescimento do trabalho atípico – definido como todas as formas de prestação de serviço diferentes do modelo com garantias formais e contratuais. A classe trabalhadora contemporânea seria formada também (ou principalmente) pelos terceirizados, precarizados, *part-time*, proletariado rural e pelos desempregados. Uma *nova morfologia* do trabalho marcada por um processo de enfraquecimento do proletariado tradicional (fabril) e por práticas de “reestruturação produtiva”, como flexibilização, terceirização, subcontratação e trabalho temporário.

Para Tiriba (2001), a cultura do trabalho está vinculada às ações por meio das quais o ser humano se constitui e elabora sua realidade (Tiriba, 2001, p. 184). Essa perspectiva confere um caráter ontológico ao trabalho enquanto atividade humana, como forma do humano relacionar-se com o mundo, de produzir e transformar suas condições materiais e imateriais de existência. Para a autora, assim como para Antunes, embora a configuração do

trabalho tenha sofrido mudanças, as condições de trabalho não se transformaram para parte substancial da população mesmo que os processos de produção muitas vezes tornem menos visíveis as classes sociais e seus conflitos.

O trecho de abertura desta seção remete a uma visão utópica de trabalho: como uma realização prazerosa exercida com liberdade. Como discutiremos nas seções subsequentes, a origem, a organização e as utopias relacionadas aos movimentos de economia solidária e tecnologia social orbitam essa esfera da centralidade ou cultura do trabalho. Porém, como movimentos portadores de utopias concretas, eles vivenciariam esta centralidade de uma forma definida por Maar (2006) como uma “dupla dialética”: criticam as estruturas do trabalho na formação social vigente e as tomam como um ponto de partida material para a criação de outras estruturas.

Um outro aspecto, geralmente trabalhado dentro desses movimentos, é a dimensão pedagógica do trabalho ou, de forma mais geral, da práxis. O pressuposto seria que “se o homem se faz no processo e na vida real, a cultura do trabalho pode revestir-se de diferentes significados na sua constituição” (Tiriba, 2001, p. 82). Autores como Bernardo (2005a) ressaltam a importância da forma de organizar/atuar para os movimentos sociais que pretendem a superação do capitalismo. Para o autor, no contexto de lutas sociais importa mais a forma de organização dos participantes do que o próprio conteúdo ideológico inicial, a forma de atuar é o que possibilitaria o aprendizado na autonomia.

Busca de alternativas: tecnologia social (TS) e economia solidária (ES)

Movimento da economia solidária (ES)

As origens das utopias relacionadas à economia solidária remontam a ideias anteriores ao próprio pensamento marxiano. Ainda no século XVIII, os representantes do socialismo

¹⁰ Na concepção marxiana, a relação entre trabalho-mercadoria ou fetichismo da mercadoria expressa a materialização do antagonismo de classes na esfera do trabalho dentro do capitalismo. O trabalho alienado seria aquele impregnado de dimensões abstratas e desprovido de sentido para o trabalhador. O fetichismo da mercadoria seria uma manifestação do trabalho nos objetos produzidos. Funcionaria mascarando as dimensões sociais do trabalho e os conflitos sociais, que seriam encobertos pelas relações entre objetos/coisas (mercadoria).

¹¹ Antunes também faz uma interessante análise sobre o chamado trabalho imaterial. O incremento do trabalho morto – corporificado no maquinário técnico-científico e o aumento da produtividade e extração do sobretrabalho – não significaria a eliminação do trabalho vivo, mas novas formas de aumentar a produtividade e explorar as dimensões intelectuais e subjetivas do trabalhador, uma crescente lógica de exploração da dimensão subjetiva do trabalhador. O trabalho imaterial pode ser entendido como aquele dotado de um predomínio da dimensão intelectual em relação às dimensões tradicionais da produção de bens materiais e prestação de serviços.

utópico ou romântico – como Saint-Simon, Fourier, Proudhon e Owen – já propunham uma forma de organização cooperativista para a superação do Estado e do capitalismo.

No entanto, o termo “economia solidária”, na acepção do movimento aqui analisado, surgiu no Brasil em meados da década de 90, sendo utilizado para designar atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. Segundo a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), a ES se materializa nos empreendimentos solidários, isto é, “formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na *autogestão*”.

Neste período houve um aumento do número de empreendimentos de economia solidária (EES) na América Latina. Esse aumento tem sido relacionado por diversos autores, como Gaiger (2003) e Singer (2000, 2002), ao contexto¹² de crise estrutural do trabalho e reação dos trabalhadores para enfrentar a situação concreta de perda do emprego. Essas cooperativas teriam, portanto, como função principal recuperar postos de trabalho e a autonomia econômica dos trabalhadores (Singer, 2002).

Em distintos graus, essas iniciativas estavam também ideologicamente motivadas pelas teorias marxistas e pelas lutas dos trabalhadores e o questionamento da separação entre detentores da força de trabalho e proprietários dos meios de produção. Esta emergência “por necessidade” da EES nos 90 não inviabiliza a existência de componentes ideológicos e práticos de solidariedade e a realização da produção e da geração de renda de formas distintas das capitalistas convencionais.

Os EES¹³ teriam em comum a ênfase na solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressaria mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários. Singer (2002) coloca como ideais dos EES: a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores em igual pro-

porção; participação direta na escolha da administração e aplicação do excedente; objetivo de gerar trabalho e qualidade de vida para o trabalhador e não o de maximizar o lucro.

No âmbito dos empreendimentos solidários e do cooperativismo, a autogestão¹⁴ aparece como uma ideia central. Pode ser entendida de forma sintética como controle da produção pelos próprios trabalhadores, como um conjunto de aspectos inter-relacionados que possibilitariam: relações de trabalho não baseadas no assalariamento e o controle coletivo do empreendimento pelos trabalhadores. Para Tiriba (2001), a autogestão permite que cada trabalhador possa constituir-se em senhor de si mesmo, como sujeito criador da história e construtor de uma nova ordem social (Tiriba, 2001, p. 182).

A forma de participação ideal para a ES é a da democracia direta – “cada cabeça um voto”. Cada trabalhador é responsável pelo que ocorre no empreendimento, participando das sobras (retiradas dos rendimentos) e prejuízos – haveria, portanto, uma subversão de papéis na passagem de assalariado a cooperador (Singer, 2005).

Como aponta Bernardo (2005b), a remodelação das relações de trabalho que essa nova economia demanda implica a conversão das relações verticais de hierarquia em relações horizontais de solidariedade e de coletivismo que permita que todos tenham o direito a dar sua opinião; uma rotatividade nas funções e nas tarefas; e a possibilidade de revogar em qualquer momento os mandatos das pessoas eleitas para cargos de coordenação ou de representação.

Como analisa Neves (2012), não existe um consenso sobre o alcance real que a ES possui no sentido de melhorar as condições do trabalhador e como uma proposta não capitalista. Alguns autores fazem críticas¹⁵ contundentes aos EES interpretando essas experiências como mais uma saída precária a uma situação precária.

¹² Este contexto de crise estrutural na esfera do trabalho foi abordado na seção anterior.

¹³ Entre os tipos de empreendimentos solidários podemos citar: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, associações de mulheres, etc.

¹⁴ Existem também usos mais amplos da palavra autogestão como, por exemplo, nas expressões: autogestão da sociedade e autogestão da vida. Utilizamos aqui o significado restrito ao âmbito produtivo de empreendimentos que acreditamos serem os mais coerentes com as propostas da tecnologia social e da economia solidária. No sentido mais amplo, a autogestão “re-nomeia” as próprias discussões de base humanista sobre as possibilidades de democracia substantiva, de liberdade e emancipação humana, como aponta Nascimento (2007).

¹⁵ Lembrando que a proposta do artigo é refletir sobre as utopias das vertentes mais radicais (“para além do capital”) do movimento de ES; por isso, destacamos as formulações centrais presentes nesse sentido e não as críticas aos EES e possíveis desdobramentos que podem distanciar ou levar para um sentido oposto das próprias utopias perseguidas.

Outros enfatizam a importância da ES como um ato pedagógico que permite aprendizados para uma cultura do trabalho e sociedade melhor para os próprios trabalhadores. As iniciativas de economia popular mostram, por exemplo, que a propriedade coletiva e distribuição da riqueza entre os trabalhadores não são suficientes para que esses engendrem uma nova cultura do trabalho (Tiriba, 2001).

É evidente que os ideais da ES foram, e continuam sendo, difíceis de colocar em prática e ser sustentados dentro do capitalismo. Muitos empreendimentos solidários acabam por se adaptar ao capitalismo e, por isso, deixam de ser solidários. Acabam abandonando a autogestão e introduzindo o trabalho assalariado ou se tornando “mistos”, e a maioria passa por estágios nos quais se aproximam ora mais das empresas capitalistas, ora dos empreendimentos solidários (Singer, 2002, p. 2).

A reversão de papéis e todas as outras mudanças envolvidas na incorporação de princípios solidários à esfera econômica exigiriam uma “reeducação” das pessoas que têm todo seu processo de socialização baseado nas relações capitalistas. Essa elaboração coletiva de novas sociabilidades é um desafio pedagógico, pois se trata de desenvolver em cada membro do grupo uma visão distinta sobre economia, relações de trabalho e comportamento. O aprendizado ou pedagogia para a economia solidária deve ser mais prático do que teórico, criando situações nas quais a reciprocidade surja espontaneamente, em que seja possível experimentar o sentimento trazido pela prática solidária (Singer, 2005, p. 16).

Movimento de tecnologia social

O entendimento de que a tecnociência desempenha um papel decisivo na redução ou manutenção das desigualdades sociais é central para o conceito de tecnologia social. Como no caso do movimento de ES, o movimento de TS possui distintos matizes ideológicos que vão de vertentes que concebem a TS como uma tecnologia destinada a atenuar situações de risco e exclusão social na periferia capitalista, a grupos comprometidos com a superação do capitalismo.

Seguindo a mesma linha da discussão feita anteriormente sobre economia solidária, nesta seção analisamos as características e as utopias das vertentes mais radicais dentro do movimento de tecnologia social, ou seja, aquelas que partilham do ideal de transformação social radical ou, dito de outra forma, da utopia de superação do capitalismo.

A expressão tecnologia social surgiu no Brasil no final da década de 1990, embora sua origem retome os movimentos de tecnologia apropriada, tecnologia alternativa da década de 1970¹⁶. O movimento de tecnologia social ganhou força no início de 2000 e teve como um marco importante a criação da Rede de Tecnologia Social (RTS) em 2004. Em 2008, a RTS reunia mais de 600 instituições: governamentais, empresas estatais, órgãos privados de fim público, universidades, ONGs e movimentos sociais.

O objetivo da RTS é promover o desenvolvimento sustentável mediante a reaplicação em escala de tecnologias sociais, entendidas como “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”¹⁷. A entidade se propõe como uma rede de ação, de difusão, de articulação e de informação sobre tecnologias sociais existentes e a serem desenvolvidas no Brasil (Fonseca e Serafim, 2009).

Dentre as vertentes mais radicais do movimento de TS, alguns pesquisadores¹⁸ têm-se dedicado à construção de um marco teórico (analítico-conceitual) para a tecnologia social. Essa construção tem sido baseada, principalmente: na crítica à neutralidade da ciência e tecnologia; na necessidade de construção coletiva e contextualizada da TS; na proposição da TS como política pública prioritária; em pensar a TS de forma conjunta com iniciativas voltadas à produção autogestionária.

A visão da ciência e tecnologia como não neutras e como construções que incorporam os valores e interesses da sociedade em que são geradas é um ponto importante dessa crítica que tenta subsidiar as ações relacionadas à TS. Afirmar que as tecnologias incorporam valores significa afirmar que as tecnologias numa sociedade capitalista tendem a incorporar os valores capitalistas, que são bastante

¹⁶ Mais referências sobre a perspectiva histórica da TS e experiências que a antecederam podem ser encontradas no artigo *Contribuições ao marco analítico e conceitual da tecnologia social* de Dias e Novaes (2010).

¹⁷ Conceito expresso na página web da RTS: <http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>.

¹⁸ O GAPI (Grupo de Análise de Política de Inovação) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) tem se destacado pela produção acadêmica, realização de cursos e projetos sobre tecnologia social.

diferentes daqueles que se pretende incorporar às tecnologias destinadas a empreendimentos de ES.

O entendimento dos artefatos tecnológicos como construções sociais ressalta que as máquinas, estruturas, sistemas, formas de organização do trabalho, etc. não devem ser avaliados apenas em função de sua contribuição à eficiência, à produtividade e por seus efeitos ambientalmente positivos ou negativos. Devem ser avaliados também pelo modo como incorporam formas específicas de poder, autoridade e exploração (da natureza e do humano). O primeiro desafio colocado nesse sentido é a crítica e superação da visão neutra, determinista e instrumental da tecnologia e o desenvolvimento de um *enfoque tecnológico para inclusão social* (Tait *et al.*, 2009).

Segundo Dagnino *et al.* (2004), a tecnologia convencional ou capitalista apresenta características tais como: não permite o controle do trabalhador; é alienante e não utiliza o potencial do trabalhador; é hierarquizada e demanda a figura do proprietário ou chefe; maximiza a produtividade em relação à mão de obra utilizada; é orientada para demandas de setores de alta renda; é monopolizada pelas grandes corporações.

Para incorporar características distintas a TS precisa ser definida e desenvolvida de acordo com a relação particular da tecnologia com seu contexto de utilização, envolvendo diretamente os grupos sociais interessados na viabilização da economia solidária. A TS deveria incorporar características como: ser adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; não promotora do controle, hierarquização e dominação nas relações de trabalho; orientada para o mercado interno de massa; incentivadora do potencial e da criatividade do trabalhador e dos usuários; e capaz de viabilizar economicamente empreendimentos como, cooperativas populares e pequenas empresas (Dagnino *et al.*, 2004).

O marco teórico proposto pelos pesquisadores também apresenta uma forte relação com a esfera do trabalho e a esfera da produção. Esta concepção de TS é diferente da proposta pelos projetos apoiados pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS) e pela RTS, exposta anteriormente. Nela não se incluem, por exemplo, as metodologias, métodos, processos de tomada de decisão ou métodos de organização do trabalho não relacionados à produção, como as próprias metodologias de incubação de cooperativas.

A ideia central desta vertente é a de que uma efetiva transformação da sociedade – no sentido da diminuição substancial da exclusão e superação de seus mecanismos – depende da construção de uma *forma de produzir* diferente da capitalista. Por suas características, a TS seria a proposta realmente adequada aos empreendimentos solidários, permitindo coerência e adesão às suas necessidades e valores.

Utopias concretas e convergentes

O objetivo desta seção é fazer referência a um conjunto de utopias concretas (realizáveis) e convergentes (compartilhadas) entre esses dois movimentos. Como será possível perceber, todas as utopias apresentadas a seguir apresentam uma forte inter-relação, sendo tênues os seus limites e difícil pensar na realização de uma delas sem a realização de outras. Mesmo assim, acreditamos ser possível e importante fazer uma distinção analítica para entender e dimensionar os campos simbólicos e os desafios presentes nas utopias dos movimentos de economia solidária e tecnologia social.

Utopia 1: Autogestão

A autogestão implica o controle da produção e, portanto, das tecnologias envolvidas neste processo pelos trabalhadores: Segundo Nascimento (2007), a palavra autogestão – etimologicamente, gestão por si mesmo – ganha força no contexto dos movimentos pós-68 para designar a experiência iugoslava de rompimento com o stalinismo. Apesar dessa origem contemporânea, o autor destaca que a ideia de autogestão é tão antiga quanto a de humanismo e quanto os movimentos internacionais dos trabalhadores pela emancipação no século XIX. É uma utopia de cuja materialização depende a superação do capitalismo. Mas o extraordinário e utópico não devem ser encarados como sinônimo de irreal e impossível (assunto abordado na primeira seção). O “ainda não” do socialismo e da autogestão seria parte de um estado de latência e esperança e está inscrito no real.

Para Tiriba, a autogestão possibilita que cada trabalhador possa constituir-se em senhor de si mesmo, como sujeito criador da história e construtor de uma nova ordem social. E isso pressupõe uma relação estreita entre o fazer no chão de produção e os fundamentos filosóficos e científicos relativos ao mundo do trabalho (Tiriba, 2001, p. 182). Isto nos leva à segunda utopia.

Utopia 2: Dimensão coletiva e participativa da produção de bens e conhecimento

O controle da produção pelos trabalhadores coloca a necessidade de uma nova concepção de trabalho que não corrompa a unidade teoria-prática (Tiriba, 2001). Essa nova dimensão do trabalho e da produção de bens, conhecimento e tecnologias precisa enfrentar o processo de apropriação e expropriação do conhecimento imposto pelas relações sociais de produção capitalista que historicamente alienam e tentam apropriar-se do saber do trabalhador.

Esse domínio (teórico-prático) dos trabalhadores sobre a produção e a possibilidade de que eles participem do desenvolvimento da tecnologia e da escolha e especificação dos bens e serviços a serem produzidos são uma utopia presente nas vertentes radicais dos movimentos de TS e ES. Ambos se preocupam com as questões relativas ao controle da produção pelos trabalhadores, não apenas no sentido do controle do processo, mas da participação no desenvolvimento de tecnologias e novas formas de organização do trabalho que considerem suas necessidades e conhecimentos.

O desafio que essa utopia se propõe a superar é o da inibição da capacidade dos trabalhadores de criar e produzir conhecimento imposta pelo capitalismo. Nesse ponto, a TS poderia estimular e ser estimulada por pensamentos, novas racionalidades e caminhos metodológicos concebidos dentro e fora do ambiente produtivo. Por isso, a participação dos “implicados” na concepção e no desenvolvimento dos artefatos e sistemas sociotécnicos tem sido apontada como uma das dimensões fundamentais da tecnologia social.

Como é fácil observar, essa utopia também se apoia na centralidade do ambiente produtivo para o desenvolvimento de sociabilidades distintas. No processo de trabalho, o produto ou tecnologia plasma-se como resultado da ação humana na transformação da matéria; ação que é resultado do movimento dialético entre o atuar e pensar (Tiriba, 2001, p. 191). O local de trabalho como um lugar de aprendizado de novas sociabilidades e de desenvolvimento de tecnologias alternativas conduz à terceira utopia.

Utopia 3: Dimensão pedagógica do trabalho e a transformação das práticas de sociabilidade

A reflexão sobre trabalho e pedagogia – entre teoria, prática, conscientização e desalienação – foi desenvolvida de forma contundente por Paulo Freire. Ele propôs um olhar sobre a educação que objetivava a transformação das relações de trabalho pela tomada de consciência¹⁹, por parte dos trabalhadores rurais, da exploração de seu trabalho. No seu método, teoria e prática formam um todo guiado pela relação entre conhecimento e conhecedor. Para ele, as experiências associativas podem representar a possibilidade de o trabalhador libertar-se das amarras da organização capitalista do trabalho. Mas, para isso, essa liberdade deve ser pensada coletivamente e não como uma forma individual de libertar-se da opressão e ocupar a condição de “senhor” (Gadotti, 1991).

As experiências de produção associativa convidam os trabalhadores a inverter a atual racionalidade tecnológica mantenedora da subordinação real do trabalho ao capital, transformando a tecnologia em um instrumento para uma desalienação do trabalho. Segundo o autor, ela pressupõe, além da propriedade dos meios de produção, uma apropriação dos fundamentos científico-tecnológicos que dão sentido ao trabalho, colocando os meios de produção a seu serviço (Gadotti, 1991 p. 182). O ambiente de produção, como um local de aprendizado e construção coletiva de bens/conhecimentos seria também um espaço de união das utopias dos dois movimentos. Poderia, assim, ser o ambiente ideal para experiências solidárias e a construção de tecnologias a partir de valores solidários. A superação do capitalismo dependeria de distintas relações de produção, trabalho e, portanto, distintas racionalidades e sistemas tecnocientíficos, o que nos leva à última utopia.

Utopia 4: Superação do capitalismo

Apesar de ser a última a ser nomeada, essa utopia pode ser vista como a matriz utópica das outras aqui apresentadas. Envolve o “princípio de esperança” de que uma forma de

¹⁹ A conscientização é entendida pelo autor como processo de libertação da influência do dominador pela consciência dominada. A consciência dominada traria dentro dela o dominador, e o processo de conscientização seria um processo de expulsão deste hóspede (Gadotti, 1991, p.58).

organização social distinta do capitalismo que temos hoje é possível e necessária. Essa utopia tem sua força nas pessoas que formam grupos e empreendimentos que se baseiam em princípios solidários, em possibilidades ainda por construir – mas que já existem em potência. Em projetos de vida, projetos políticos pessoais e coletivos que tentam viabilizar as utopias anteriores – relações sociais e significações distintas vinculadas à manutenção da vida e do trabalho; e novas práticas econômicas e sociotécnicas. Essas experiências podem ser articuladas e colocadas em teste nas práticas e relações constitutivas das realidades sociais numa perspectiva para além do capital.

Considerações finais

Neste artigo, estabelecemos uma relação entre as utopias dos movimentos de economia solidária e tecnologia social buscando contribuir para a dinamização de ações de convergências entre esses dois movimentos. Como abordado no decorrer do texto, as incertezas e desafios para que as utopias desses dois movimentos sejam realizáveis nos empreendimentos são imensos. Tão imensos quanto o desafio de viabilizar ações coletivas no horizonte da “matriz utópica” de superação do capital.

O reconhecimento das limitações e a reflexão sobre esses movimentos por meio de uma teoria crítica, como foi abordado, não enfraquecem o potencial dessas experiências, pelo contrário, reconhecem a interação entre teoria e prática, reflexão e transformação e o valor das experiências para configurar uma nova cultura do trabalho. Os EES são processos pedagógicos em direção à transformação de padrões de produção, consumo e relações humanas. Acreditamos que o significado da inserção da ES e TS no tecido social e o seu potencial estratégico para uma economia “para além do capital” são questões merecedoras de mais e mais trabalho, não apenas acadêmico, mas, fundamentalmente, de “práxis”, que permita vivenciar este potencial. A nosso entender, os EES merecem apoio público, financiamento e incentivos, uma vez que buscam soluções concretas de geração de trabalho e renda. Possuem legitimidade social e moral ao incidirem sobre uma “mazela social” amplamente reconhecida: a desigualdade social estrutural da sociedade brasileira.

Cabe, finalmente, ressaltar o papel das tecnologias ou sistemas sociotécnicos para a manutenção ou superação de modos de produção

e modos de vida. Desestruturar o capitalismo significar conceber uma reestruturação da sociedade por meio de distintas formas de produção e intercâmbio (“econômicas”) e sociotécnicas. A tecnologia social, aliada à economia solidária, construiria arranjos sociotécnicos capazes de se alimentar e ser alimentados pela utopia de “outra sociedade possível para além do capital”.

Referências

- ANTUNES, R. 2005. O caracol e sua concha: *ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 136 p.
- BERNARDO, J. 2005a. Até que ponto é solidária essa tal economia? *Coletivo Pensamento Radical*. Disponível em: <http://www.pensamentoradical.org/>. Acesso em: 10/01/2010.
- BERNARDO, J. 2005b. Autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas. *Revista Piá Piou*, 3:14-17.
- BLOCH, E. 2006. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro, Contraponto, vol. 2, 356 p.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. 2004. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil.
- DIAS R.; NOVAES H.T. 2010. Contribuições ao marco analítico conceitual da tecnologia social. In: R. DAGNINO, *Tecnologia Social: ferramenta para construir uma outra sociedade*. Campinas, Komeidi, 113-154p.
- FONSECA, R.; SERAFIM, M. 2010. A Tecnologia Social e seus arranjos institucionais. In: R. DAGNINO. *Tecnologia Social: ferramenta para construir uma outra sociedade*. Campinas, Komeidi, 249-264p.
- GADOTTI, M. 1991. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo, Scipione, 175 p.
- GAIGER, L.I. 2003. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Cadernos do CRH-UFBA*, 39:181-211.
- KONDER, L. 2001. Entrevista concedida à revista Teias, 4: 43-48.
- LÖWY, M. 1995. Ideologia e ciências sociais: *elementos para uma análise marxista*. São Paulo, Cortez, 128 p.
- MAAR, W.L. 2006. A dialética da centralidade do trabalho. *Ciência e Cultura*, 4:28-28.
- MORRIS, W. 2002. *Notícias de lugar nenhum Ou uma época de tranquilidade*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 318 p.
- NASCIMENTO, C. 2007. Autogestão: palavra e ideia. In: Economia Solidária e Autogestão, NESOL & ITCP-USP org, vol. 2.
- NEVES, E.F. 2012. Fragilidades e contradições na utopia de uma outra economia. In: CONGRESO INTERNACIONAL RULESCOOP, VII, Valencia e Castellón, 2012. *Anais...* Disponível em: <http://www.congresorulescoop2012.es/>. Acesso em: 10/04/2013.

- NOBRE, M. 2008. *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro, Zahar, 79 p.
- NOVAES, H.T.; LIMA P. 2008. Pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: A política pública de economia solidaria no governo Lula. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, VI, São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo, 39.
- PINASSI, M.O. 2009. *Da miséria ideológica à crise do capital*. São Paulo, Boitempo, 144 p.
- RICOEUR, P.1999. *Ideologia e utopia*. São Paulo, Edições 70, 528 p.
- SINGER, P. 2002. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: B. de S. SANTOS (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 30-514p.
- SINGER, P. 2000. Economia Solidária: um modelo de produção e distribuição. In: P. SINGER, A.R. SOUZA (org.), *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 4:11-28p.
- SINGER, P. 2005. A Economia solidária como ato pedagógico. In: *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, Inep-MEC, 104p.
- TAIT, M.M.L.; FONSECA, R.; DAGNINO, R. 2009. Um enfoque tecnológico para inclusão social. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 1:117-130.
- TIRIBA, L. 2001. *Economia Popular e a cultura do trabalho: pedagogia (s) da produção associada*. Ijuí, Unijuí, 400 p.

Submetido: 11/03/2013

Aceito: 18/04/2013